

VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS

BRASIL



Relatório de Gerenciamento de Riscos – Circular nº 3.477

1º Trimestre de 2013



INTRODUÇÃO.....	3
ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL.....	3
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	4
ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL.....	5
Risco Operacional.....	6
Risco de Mercado.....	9
Risco de Liquidez.....	12
Risco de Crédito.....	14
Gerenciamento de Capital.....	17
INFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR).....	18
DÍVIDAS SUBORDINADAS POR PRAZO DE VENCIMENTO.....	19
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE) E ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR).....	19
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO.....	22
INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO.....	25
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE.....	26
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS.....	29
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES NÃO CLASSIFICADAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO.....	30



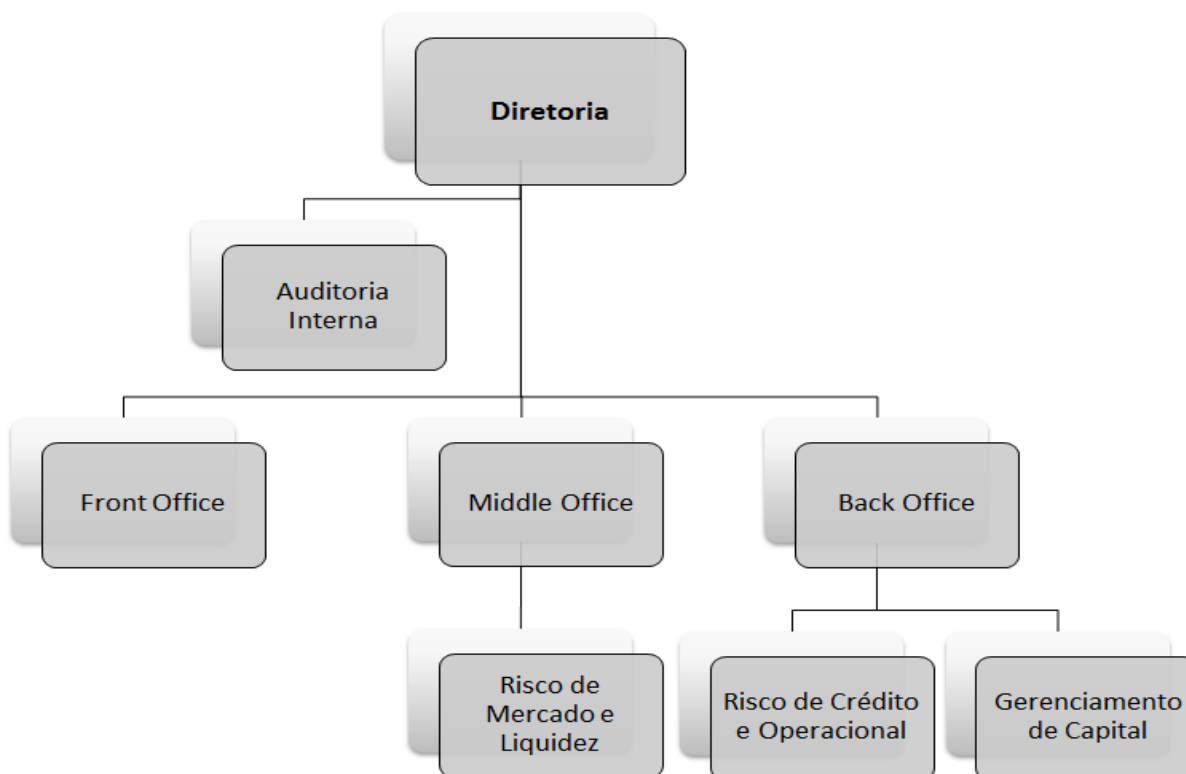
INTRODUÇÃO

A Circular nº 3.477/99 do Banco Central do Brasil estabeleceu os critérios a serem observados sobre a divulgação de informações referentes à Gestão de Risco, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e adequação do Patrimônio de Referência (PR).

O objetivo deste relatório é informar o gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen S.A. (“Instituição”), apresentando de forma detalhada as práticas de gestão e as políticas que compõem o gerenciamento de riscos da Instituição. Além disso, demonstra a necessidade da adequação do capital para cobrir tais riscos.

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A instituição constituiu a sua estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital da seguinte forma:





PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

Diretoria de *Middle Office*:

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez;
- Implementar as políticas de Risco de Mercado e Liquidez e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Risco de Mercado e Liquidez;
- Responsável pelas informações referentes ao Risco de Mercado e Liquidez enviadas ao BACEN.

Diretoria de *Back Office*:

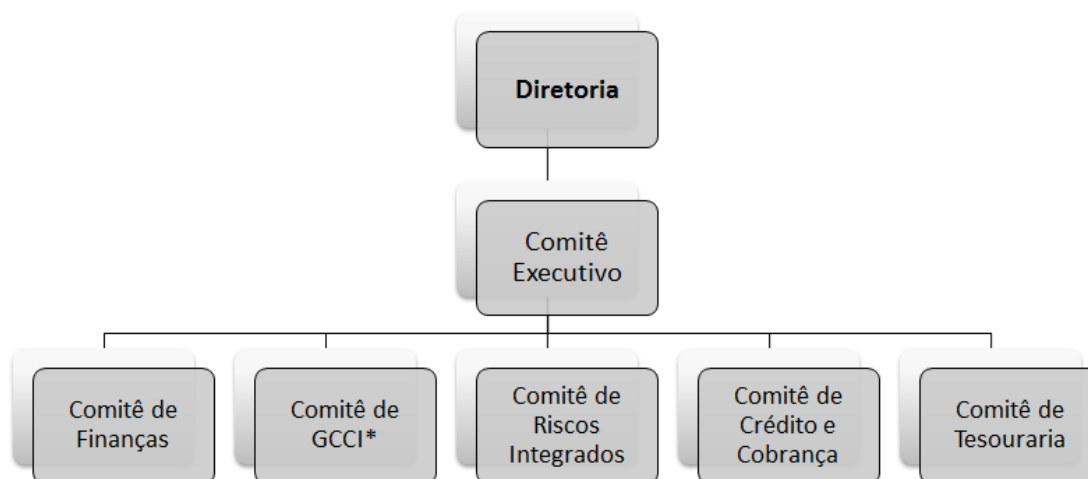
- Implementar as estruturas de Gerenciamento de Risco de Crédito e Operacional;
- Implementar as políticas de Risco de Crédito e Operacional e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão do Risco de Crédito e do Risco Operacional;
- Responsável pelas informações referentes ao Risco de Crédito e Operacional.
- “Sponsor” dos Comitês de Finanças, de GCCI*, de Crédito e Cobrança, de Riscos Integrados e do Comitê de Tesouraria.

Auditoria Interna

Verifica se os procedimentos adotados nas áreas estão de acordo com as políticas internas e os normativos publicados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A estrutura de governança corporativa é respaldada por uma estrutura de comitês. Destacamos os seguintes comitês que têm envolvimento com o gerenciamento de riscos e de capital:



(*) – Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos.



PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

Comitê de Finanças

Aprova políticas e estratégias financeiras, contábeis e tributárias da empresa, inclusive sobre divulgação de informações ao mercado. Define a estratégia de gestão de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações. Realiza efetivo acompanhamento dos aspectos regulatórios e o resultado das auditorias interna e externa, além das fiscalizações de órgãos regulatórios.

Comitê de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos (GCCI)

Avalia e propõe ações para o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa, aprova estratégias relacionadas à disseminação da cultura em conformidade com as normas aplicáveis à instituição, controles internos e prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Aprova as matrizes de risco e planos de ação identificados no mapeamento dos diversos processos da instituição.

Comitê de Riscos Integrados

Define a estratégia e alcance de risco da instituição. Aprova políticas e planos de iniciativas de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e valor residual assegurando a adequada gestão dos riscos. Avalia os impactos dos riscos relevantes no resultado final e atua para garantir a segurança necessária para um crescimento sustentável.

Comitê de Crédito e Cobrança

Aprova políticas de crédito e cobrança que assegurem a qualidade do portfólio, bem como os processos operacionais que impactem diretamente no adequado cumprimento destas políticas, gerando um ambiente operacional seguro e alinhado com a estratégia estabelecida para o Risco de Crédito da instituição.

Comitê de Tesouraria

Analisa e decide estratégias para operações da Tesouraria, com base no cenário econômico, limites operacionais, *matching* da carteira, fluxo de caixa e estratégia de captação/aplicação.

ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A Instituição considera o gerenciamento de riscos fundamental para a tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade, otimização da relação risco x retorno e melhor alocação de capital.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.988/11, a Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital.



Seguem abaixo apresentadas as estruturas, estratégias, ferramentas para o gerenciamento de Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco de Crédito, bem como para o Gerenciamento de Capital.

RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Esta definição inclui o risco legal definido como a possibilidade de perdas decorrentes de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

A Instituição considera os seguintes eventos de risco operacional:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Eventos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

Para atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura da Instituição está alinhada às orientações do grupo *Volkswagen Financial Services AG*, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN, definidos na resolução 3.380/06.

Desta forma, a Instituição implantou o gerenciamento deste risco como parte da atual estrutura de Governança Corporativa.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pela gestão de Risco Operacional. A estrutura de Risco Operacional, subordinada a essa diretoria, controla e monitora a questão seguindo normas de órgãos reguladores e corporativas. Adicionalmente, a área de Controle Internos, subordinada à mesma diretoria, é responsável por mapear riscos e controles, efetuar os testes de controles e monitorar a implementação dos planos de ação definidos.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco operacional:

A) Diretoria (*Front Office, Middle Office e Back Office*)

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional;
- Implementar a política de Risco Operacional e suas revisões no mínimo anualmente;
- Manifestar-se a cerca das ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências apontadas no Relatório de Gerenciamento de Risco Operacional;



- Responsabilizar-se pelas informações divulgadas no relatório de acesso público.

B) Diretoria de *Back Office*

- Implementar a estrutura aprovada de gerenciamento de Risco Operacional;
- Prover recursos para a estrutura aprovada;
- Promover a cultura de riscos e controles internos nas atividades regulares da Instituição;
- Ser o *sponsor* do Comitê de Riscos Integrados.

C) Gerenciamento de Risco Operacional

- Definir metodologias, ferramentas, políticas e procedimentos internos de risco operacional;
- Monitorar e controlar os riscos operacionais da Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição ao risco operacional;
- Orientar os gestores das áreas sobre o correto reporte das informações de eventos de perdas de risco operacional;
- Disseminar e promover a cultura de risco operacional aos funcionários;
- Monitorar riscos relativos aos prestadores de serviços terceirizados;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenar e aplicar treinamentos sobre as metodologias de risco operacional utilizadas;
- Documentar, armazenar e gerenciar a base de perdas operacionais, e reportá-las à diretoria para implementação de planos de ação e redução das perdas;
- Acompanhar e controlar os indicadores chaves de Risco Operacional com objetivo de identificar tendências e buscar mitigadores para futuras perdas;
- Avaliar os riscos operacionais de novos produtos da Instituição, bem como de modificação de produtos existentes;
- Atender às demandas de órgãos reguladores, órgãos fiscais e auditorias;
- Estabelecer, implementar e divulgar um processo estruturado de comunicação e informação do gerenciamento de riscos operacionais;
- Disponibilizar a estrutura de gerenciamento de risco operacional em relatórios de acesso público.

D) Controles Internos

- Definir escopo e cronograma da revisão anual das matrizes de riscos, validando-os junto à área de Risco Operacional;
- Elaborar as matrizes de risco, identificando e documentando riscos e controles;
- Testar e avaliar os controles das matrizes de risco;
- Submeter os planos de ação definidos baseado na avaliação dos controles ao Comitê de Governança Corporativa Compliance e Controles Internos;
- Monitorar planos de ação para mitigar os riscos;
- Acompanhar a implementação dos planos de ações;
- Elaborar o relatório de gerenciamento de risco operacional relativo à Resolução do CMN nº 3.380/07;
- Elaborar o relatório relativo à Resolução do CMN nº 2.554/98, informando as deficiências de controles e ações para sua mitigação.



E) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos. Dentre os documentos adotados, destacam-se:

- “POLÍTICA DE RISCO OPERACIONAL”: documento que define as diretrizes, os conceitos, as responsabilidades para o gerenciamento de risco operacional com intuito de identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais.
- “POLÍTICA DE *OUTSOURCING*” – documento que define diretrizes, conceitos, papéis e responsabilidades com o objetivo de minimizar os riscos que a contratação de serviços terceirizados (*outsourcing*) pode trazer à Instituição.
- “MANUAL DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL”: descreve o modelo de gerenciamento adotado pela Instituição, contemplando processos, procedimentos e metodologias utilizadas para esta finalidade.
- “MANUAL DE BASE DE DADOS DE PERDAS DE RISCOS OPERACIONAIS”: descreve o modelo de gerenciamento de perdas associadas a riscos operacionais adotado pela Instituição, contemplando processos, procedimentos, reportes e metodologias utilizadas para esta finalidade.

F) Metodologias

O gerenciamento de riscos operacionais é realizado através das seguintes metodologias:

- Entendimento dos processos executados na Instituição para o cumprimento de seus objetivos de negócio;
- Identificação, através de matrizes de risco operacional, dos riscos associados aos processos, considerando a relevância de cada risco e a existência de controles internos associados;
- Avaliação e qualificação dos riscos e controles operacionais em base periódica, contribuindo para determinar o impacto desses riscos e do grau de eficácia dos controles internos (vulnerabilidade);
- Testes de controle que são realizados para confirmar se os processos de mitigação de riscos identificados (controles) foram colocados em prática;
- Definição e acompanhamento de planos de ação com o objetivo de diminuir / mitigar os riscos operacionais existentes;
- Definição e acompanhamento de Indicadores Chave de Riscos Operacionais relacionados às classificações de riscos do BACEN;
- Ações contingenciais para os riscos relevantes de descontinuidade dos negócios;
- Mapeamento e armazenamento das perdas históricas associadas a risco operacional;
- Avaliação de risco dos prestadores de serviços classificados como *Outsourcing*;
- Processo de Aprovação de novos produtos, com avaliação de riscos operacionais no desenvolvimento de novos produtos e na modificação de produtos existentes;
- Plano de Contingência e Plano de Recuperação de Desastres (DRP).

Todas estas metodologias encontram-se apresentadas nas políticas e manuais associados à gestão de Risco Operacional, Controles Internos e também como plano de continuidade de negócios e



todos os conceitos para esta gestão. Tais metodologias são condizentes com as melhores práticas, visando mitigar riscos operacionais, estando de acordo com às exigências regulatórias vigentes.

O processo de comunicação e informação dos riscos ocorre com a periodicidade trimestral nos Comitês de Riscos Integrados e de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos, compostos pelos departamentos de Risco, Gerência Executiva de Finanças e Administração, Planejamento Estratégico, Tecnologia da Informação, diretoria de *Front Office*, *Middle Office* e *Back Office*.

O Comitê de Riscos Integrados tem, entre suas atribuições, aprovar as políticas, diretrizes, metodologias e ferramentas utilizadas na gestão de riscos operacionais; avaliar Indicadores Chave de Risco Operacional (KRI) e Perdas Operacionais. Já o Comitê de Governança, Compliance e Controles Internos tem como objetivo deliberar sobre os resultados das matrizes de risco e planos de ações necessários; aprovar e monitorar planos de ações corretivas para mitigação do risco operacional e demais atribuições.

A área de Risco Operacional dissemina a cultura de monitoramento dos riscos operacionais na Instituição junto aos colaboradores e estagiários, através de treinamentos presenciais e eletrônicos, propagando assim a importância dos processos de gestão de Risco Operacional.

RISCO DE MERCADO

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Entre os eventos de risco de mercado estão os das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.464/07, a área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de negócios, e é subordinada à diretoria de *Middle Office* (Administração de Operações Gerais). Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de mercado é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitê específico.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco de mercado:



A) Diretoria de *Midde Office*

- Prover os recursos necessários de acordo com a estrutura aprovada e anualmente referendando as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, promovendo a cultura de controles internos nas atividades regulares da organização.

B) Gerenciamento de Risco de Mercado

- Definir a metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de mercado do conglomerado financeiro;
- Monitorar a execução da metodologia de gestão de risco de mercado na Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição em relação aos limites estabelecidos;
- Monitorar política de classificação de carteiras;
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse) e testes de avaliação de sistemas;
- Elaborar relatórios gerenciais para reportar o risco de mercado para os departamentos afetados, para a diretoria e para a matriz Volkswagen Financial Services AG;
- Reportar imediatamente ao Comitê de Tesouraria os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenando a aplicação de treinamentos sobre a metodologia utilizada, quando necessário.

C) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de mercado. Dentre os documentos adotados, destacam-se:

- “POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO”: documento com enfoque estratégico, que define as diretrizes, conceitos, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;
- “MANUAL DE GESTÃO DE RISCOS DE MERCADO”: descreve o modelo de gerenciamento de risco de mercado adotado pela Instituição, contemplando processos, procedimentos e sistemas utilizados para esta finalidade;
- “NORMATIVO PARA CLASSIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO OU FORA DA CARTEIRA”: estabelece critérios mínimos para classificação das operações da organização como “Carteira de Negociação” ou “Fora da Carteira de Negociação” e determina os procedimentos de reclassificação e monitoramento da classificação das operações de forma controlada e eficiente.



D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- **Análise de descasamentos de Ativos e Passivos:** agrupamento de saldos marcados a mercado, por moeda e por carteira, com seu respectivo prazo de duração. Possui o macro-objetivo de avaliar preliminarmente os descasamentos entre ativos e passivos;
- **VaR (Value at Risk):** mede a pior perda estimada ao longo de determinado horizonte de tempo, sob condições normais de mercado e dentro de um determinado intervalo de confiança;
- **Testes de Estresse:** visão gerencial de potencial perda de capital da instituição (patrimônio) com a aplicação de testes de cenários de alta volatilidade para um horizonte de tempo indeterminado, sendo considerados como apoio no estabelecimento e revisão das políticas e limites internos de exposição ao risco de mercado para fins de adequação de capital;
- **Análise de Sensibilidade:** medida que demonstra o impacto que a carteira sofreria caso um determinado fator de risco se alterasse em uma determinada unidade.

E) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limites de *VaR* (perdas máximas potenciais);
- Limite de descasamento entre Ativos e Passivos (*Target Structure*).

F) Capital Regulatório – Cálculo Parcela Rban

Em atendimento a Circular 3.365/07, para mensuração e controle do risco de taxa de juros da Carteira Banking, a instituição adotou a metodologia EVE – *Economic Value of Equity*.

Esta metodologia consiste em apurar o valor presente da carteira utilizando as taxas de juros de mercado e também os cenários projetados pela área de Risco de Mercado. Estes cenários são elaborados considerando uma amostra de 5 anos e um horizonte de tempo de 10 dias.

A carteira é marcada a mercado utilizando a curva de juros da data da análise e também a curva projetada pela área de Risco de Mercado. A diferença entre os dois cenários é o risco de taxa de juros da Carteira Banking .

G) Processo

O Gerenciamento de Risco de Mercado é realizado diariamente. O processo de comunicação e informação de risco ocorre com periodicidade diária ao departamento de Tesouraria e mensal por meio de apresentação em Comitê de Tesouraria composto pelos departamentos de Tesouraria, Risco,



Gerência Executiva de Administração e Finanças, Administração de Operações Gerais, diretoria de *Middle Office*, diretoria de *Back Office* e diretoria de *Front Office*. Além disso, a comunicação é realizada aos membros do Comitê, com a periodicidade menor que a citada anteriormente, em caso de extrapolação dos limites estabelecidos.

A Instituição possui políticas, manual de processo e instruções operacionais de trabalho que apresentam os principais conceitos, metodologia utilizada, limites estabelecidos em Comitê específico e as responsabilidades de cada departamento envolvido na gestão de Risco de Mercado.

O controle de riscos é realizado de forma sistêmica por meio de metodologias e modelos condizentes com as melhores práticas, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com agilidade e elevado grau de confiança, além do atendimento de critérios regulamentares vigentes.

RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Instituição não honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento, a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen *Financial Services AG*, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.090/12, a área de Gerenciamento de Risco de Liquidez atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de *Middle Office* (Administração de Operações Gerais). Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitê específico.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco de liquidez:

A) Diretoria de *Midde Office*

- Prover os recursos necessários de acordo com a estrutura aprovada e anualmente referendando as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, promovendo a cultura de controles internos nas atividades regulares da organização.

B) Gerenciamento de Risco de Liquidez

- Definir a metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de liquidez do conglomerado financeiro;



- Monitorar a execução da metodologia de gestão de risco de liquidez na Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição em relação aos limites estabelecidos;
- Elaborar relatórios gerenciais para reportar o risco de liquidez para os departamentos afetados, para a diretoria e para a matriz Volkswagen Financial Services AG;
- Reportar imediatamente ao Comitê de Tesouraria os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenando a aplicação de treinamentos sobre a metodologia utilizada, quando necessário.

C) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de liquidez. Dentre os documentos adotados, destacam-se:

- “POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ”: documento com enfoque estratégico, que define as diretrizes, conceitos, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;

D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- **Fluxo de Caixa:** É a previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, com o objetivo de garantir a solidez financeira da Instituição no curto, médio e longo prazo.
- **Teste de Aderência:** Técnica que consiste em verificar se os resultados do modelo estão de acordo com os resultados apurados, com o objetivo de validar o cenário elaborado para necessidade de caixa e se suas premissas estão dentro de um padrão minimamente aceitável de variação.
- **Colchão de Liquidez:** Formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações de uma Instituição, em momentos de volatilidade do mercado.
- **Teste de Estresse:** Técnica de avaliação da resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa de mercado específica ocorra.
- **Plano de Contingência de Liquidez:** Procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ou no caso de falta de recursos e agravamento da crise no mercado financeiro.



E) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limite de Colchão de Liquidez;
- Limites Bancários;

F) Processo

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente. O processo de comunicação e informação de risco ocorre com a periodicidade diária ao departamento de Tesouraria e mensal por meio de apresentação em Comitê de Tesouraria, composto pelos departamentos de Tesouraria, Risco, Gerência Executiva de Finanças e Administração, Administração de Operações Gerais, diretoria de *Middle Office*, diretoria de *Back Office* e diretoria de *Front Office*. Além disso, a comunicação é realizada aos membros do Comitê, com a periodicidade menor que a citada anteriormente, em caso de extrapolação dos limites estabelecidos.

A Instituição possui políticas, manual de processo e instruções operacionais de trabalho que apresentam os principais conceitos, metodologia utilizada, limites estabelecidos em Comitê específico e as responsabilidades de cada departamento envolvido na gestão de Risco de Liquidez.

O controle de riscos é realizado de forma sistêmica por meio de metodologias e modelos condizentes com as melhores práticas, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com agilidade e elevado grau de confiança, além do atendimento de critérios regulamentares vigente.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perda decorrente do não cumprimento de seus compromissos, por parte do devedor, nas datas acordadas previamente. Este risco está relacionado a fatores externos à empresa e podem prejudicar o pagamento do crédito concedido.

O Risco de Crédito varia de acordo com: o perfil dos clientes, produtos e serviços oferecidos, valor solicitado e a instituição que concede o crédito.

Visando atender aos objetivos estratégicos e à adequada gestão de riscos, a estrutura de Gerenciamento de Risco de crédito da Instituição está alinhada às orientações da Matriz Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implantou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pela gestão do risco de crédito. A estrutura de Risco de Crédito, subordinada a essa diretoria, é responsável pelo controle e monitoramento do risco de crédito seguindo normas de órgãos reguladores e normas corporativas.

Os principais papéis e responsabilidades associadas à gestão do risco de crédito são:



A) Diretoria de *Back Office*

Responsável por prover os recursos necessários à gestão do risco de crédito de acordo com a estrutura aprovada e referendar as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, permitindo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos associados a cada instituição individualmente e ao conglomerado financeiro.

B) Gerenciamento de Risco de Crédito

A Instituição efetua a gestão do risco de crédito do conglomerado financeiro e das respectivas instituições integrantes. Dentre suas atribuições destacam-se:

- Aprimoramento, aferição e elaboração de inventários de seus modelos para crédito e cobrança;
- Monitoramento do desempenho do portfólio de crédito;
- Definição das políticas de crédito e cobrança alinhadas ao apetite de risco da Instituição;
- Monitoramento das concentrações de inadimplência e perdas;
- Fechamento e análise das provisões para devedores duvidosos;
- Identificação de novos componentes que representem riscos de crédito;

A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de crédito atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Instituição.

C) Normativas

Conjunto de políticas e normas internas voltado à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de crédito. Todo esse conjunto é submetido à aprovação de um Comitê, composto por membros de departamentos envolvidos nos processos por meio de reuniões realizadas mensalmente, com objetivo recomendar e aprovar as estratégias e políticas do risco de crédito. Dentre os documentos adotados destacam-se o Manual de Risco.

D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Modelagem analítica de *scoring* para concessão, gestão de crédito e cobrança;
- Modelos de rating de crédito;
- Monitoramento e validação dos modelos estatísticos;
- Apuração e cálculo do valor futuro dos riscos das carteiras – *forecast*;
- Processo para realização de testes de *stress*;
- Modelo de LGD (*Loss Given Default*);
- Monitoramento das garantias;
- Relatórios analíticos para o risco de crédito.



E) Políticas

As descrições abaixo estabelecem o processo e as responsabilidades pela definição e administração das políticas de crédito e cobrança varejo e corporate, que abrangem: classificação de risco (*escore/rating*) prazo, carência, percentual de entrada, alçadas de aprovação, aceitação de garantias, período das ações (réguas de cobrança), valores (acordos, propostas, renegociações de dívida, confissões de dívida), aplicáveis aos produtos do Conglomerado Financeiro Volkswagen.

As políticas relacionadas à concessão de crédito e cobrança estabelecem:

- As condições operacionais aprovadas pela Instituição;
- Os valores e correspondentes níveis de alçada para aprovação.

Estas políticas e as exceções devem ser monitoradas e ajustadas pelo departamento de Risco para que a concessão de crédito e/ou a cobrança ocorra com a qualidade, segurança e nível de risco definidos pela Instituição. Alterações devem ser feitas também para adequá-las à realidade operacional e comercial do momento.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO

As políticas são elaboradas pelo departamento de Risco, com o suporte dos demais departamentos envolvidos no processo, principalmente os departamentos de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança, e são aprovadas pelos Comitês relacionados abaixo, conforme o tipo de política:

- Comitê de Riscos Integrados;
- Comitê de Crédito e Cobrança;

RESPONSABILIDADE

É responsabilidade do departamento de Risco tomar as seguintes providências para a implantação da política:

- Envolver os departamentos relacionados com o assunto, principalmente os departamentos de Crédito (Varejo e Corporate) e Cobrança quanto à inclusão, alteração ou exclusão da política;
- Submeter a proposta da política definida ao respectivo Comitê;
- Adaptar os parâmetros nos sistemas informatizados, quando aplicável;
- Providenciar as adequações das políticas nos procedimentos para posterior divulgação ao público interno.
- Manter toda a documentação utilizada no levantamento e aprovação das políticas, possibilitando futuras verificações e rastreamento das políticas vigentes em períodos anteriores;
- Monitorar permanentemente a aplicação das políticas (alçadas e processos) e resultados alcançados, bem como tomar ações visando o imediato ajuste, sempre que for considerado necessário.

É responsabilidade do departamento de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança:



- Avaliar os impactos das políticas em processos operacionais e sistemas informatizados. Havendo necessidade de ajustes em sistemas, sugerir ao departamento de Risco as providências cabíveis e imediatas;
- Implantar as políticas junto ao pessoal envolvido na análise e concessão de crédito e cobrança (funcionários dos departamentos, escritórios de advocacia, concessionárias, promotores de venda, etc.);
- Realizar *spot check* de crédito e cobrança de documentos, processos e sistemas;
- Fornecer dados e subsídios para que o departamento de Risco, avalie, desenvolva e busque aprovação da política na alta gerência.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital visa apoiar o processo decisório nos negócios. O risco de capital consiste no risco da Instituição não possuir capital suficiente para:

- atingir o capital mínimo requerido pelo regulador no Brasil, uma vez que a autorização para operar como um banco é dependente da manutenção adequada do nível de capital;
- manter o *rating* da Instituição, pois uma mudança no *rating* pode alterar diretamente o custo de captação;
- ter condições de atingir o crescimento e estratégias traçadas.

A Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pelo gerenciamento de capital. A estrutura organizacional baseia-se em três pilares básicos para assegurar o adequado gerenciamento de capital:

APROVAÇÃO E CONTROLE DO APETITE AO RISCO

O apetite ao risco corresponde ao nível do risco que a Instituição decide assumir para atingir seus objetivos de negócio. Dessa forma, este pilar é constituído pela alta administração da Instituição, responsável pelas diretrizes e estratégias nos diferentes âmbitos da operação. O apetite ao risco é determinado em Comitês Gerenciais específicos, como Finanças, Risco, Tesouraria e Governança, Compliance e Controles Internos (GCCl), e a supervisão e monitoramento é realizado através do Comitê Executivo e do Comitê de Auditoria.



REPORTE E CONTROLE

Nas atividades diárias, a responsabilidade pelo controle e apresentação de relatórios está nas áreas diretamente relacionadas aos Comitês Gerenciais, pois estas são as áreas funcionais da Instituição.

Este pilar é constituído pelas áreas sob a responsabilidade da diretoria de *Back Office*: Gerência Executiva de Finanças, GCCI, Gerência de Risco e Gerência de Tesouraria, com exceção da área de Risco de Mercado e Liquidez, que possui linha de reporte a diretoria de *Middle Office*, em atendimento a Resolução do CMN nº 3.464/07 e nº 2.804/00, respectivamente.

O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição e é monitorado regularmente em cenários de normalidade e estresse de acordo com e às exigências do CMN e BACEN.

ASSURANCE

Esse pilar tem como objetivo averiguar que as decisões da Instituição com relação às políticas aprovadas para o gerenciamento de capital estão sendo executadas de acordo com os procedimentos e controles desenhados pela Instituição, de forma a assegurar que a estrutura e processos internos é adequado ao porte e complexidade das operações da Instituição.

Para isso, a Instituição está submetida a avaliação do departamento de Auditoria Interna e também revisões e exames realizados pela Auditoria Externa. O escopo e o resultado do trabalho realizado por estas auditorias são apresentados ao Comitê de Auditoria, que, dentre suas atribuições, está a supervisão e avaliação do desempenho dos auditores internos e externos.

INFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela Instituição, por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão.

O capital regulatório está dividido em dois níveis:

- a) Patrimônio de Referência Nível I: composto pelo capital social, reserva de lucros e ajustes de avaliação patrimonial;
- b) Patrimônio de Referência Nível II: dívida subordinada qualificada nos termos do núcleo de subordinação.

Abaixo segue composição do Patrimônio de Referência para o Consolidado Econômico Financeiro findo nos trimestres:



Em milhares de Reais

Apuração do Patrimônio de Referência (PR)	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Patrimônio Líquido	1.966.172	2.021.038	2.042.552	2.045.549	2.093.247
Patrimônio de Referência Nível I	1.966.172	2.021.038	2.042.552	2.045.549	2.093.247
Instrumentos de Dívida Subordinada	1.011.181	1.032.120	1.048.094	966.244	982.214
Redução do Instrumento de Dívida Subordinada em relação ao excesso de 50% do PR Nível I	(28.095)	(21.600)	(26.818)	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	983.087	1.010.519	1.021.276	966.244	982.214
Patrimônio de Referência	2.949.260	3.031.556	3.063.829	3.011.793	3.075.461

DÍVIDAS SUBORDINADAS POR PRAZO DE VENCIMENTO

Abaixo segue a composição por prazo de vencimento das notas de negociação sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, cujo valor do Nível II do PR é:

Em milhares de Reais

Vencimento	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Superior a 5 anos	661.741	660.149	659.402	655.771	653.055
Entre 4 e 5 anos	209.624	228.672	247.259	53.105	60.234
Entre 3 a 4 anos	134.905	138.263	141.433	161.193	170.877
Entre 2 e 3 anos	-	-	-	96.175	98.048
Entre 1 e 2 anos	4.912	5.035	-	-	-
Total	1.011.182	1.032.119	1.048.094	966.244	982.214

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE) E ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

Patrimônio de Referência Exigido (PRE) é o patrimônio exigido das instituições financeiras para fazer frente às exposições inerentes aos riscos de suas atividades. O cálculo, baseado na regulamentação em vigor, alcança os registros nas contas ativas, passivas e de compensação. Sob a ótica do BACEN, as instituições devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência - PR) compatível com os riscos.

O PRE é calculado considerando a soma das seguintes parcelas de patrimônio exigido:



$$PRE = Pepr + Pcam + Pjur + Pcom + Pacs + Popr + AdicBC$$

Onde:

Pepr - exposições ponderadas pelo nível de risco a elas atribuído;

Pcam - exposições em ouro, moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;

Pjur - operações sujeitas à variação das taxas de juros;

Pcom - operações sujeitas à variação do preço das mercadorias - *commodities*;

Pacs - operações sujeitas à variação do preço de ações; e

Popr - patrimônio exigido para cobertura do risco operacional.

AdicBC é o aumento do valor do PRE da instituição que o BACEN pode determinar eventualmente.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Além disso, a Instituição deve manter PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não classificadas como carteira de negociação, ou seja, a Carteira *Banking*. A partir de Janeiro de 2013 a Carteira *Banking* é calculada por meio da metodologia de EVE – *Economic Value of Equity*.

Apresentamos a seguir a evolução da alocação de capital para o Consolidado Econômico Financeiro.



Em milhares de Reais

Risco de Crédito	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Operações					
Operações de Crédito e Arrendamento líquido de Provisão (não varejo)	1.418.351	1.388.270	1.390.899	1.441.411	1.393.304
Operações de Crédito e Arrendamento líquido de Provisão (varejo)	595.656	610.980	645.180	677.334	681.111
Créditos Tributários	108.684	105.615	104.957	102.052	105.058
Compromisso de Crédito	54.136	61.106	62.880	65.852	69.694
Operações de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	5.656	8.982	8.179	10.046	5.196
Garantias Prestadas - avais e fianças e Coobrigações	226	231	234	239	243
Outros Ativos	86.794	87.989	92.367	95.497	93.203
Valor total alocado - PEPR	2.269.502	2.263.170	2.304.698	2.392.431	2.347.809

Risco Operacional	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Linhas de Negócio					
Varejo	25.310	25.310	27.569	27.569	29.811
Comercial	55.750	55.751	60.811	60.811	65.336
Finanças Corporativas	-	-	-	-	-
Negociação e Vendas	(10.557)	(10.557)	(16.344)	(16.344)	(19.093)
Serviços de Agentes Financeiros	-	-	-	-	-
Adicional CONEF	2.596	2.596	1.952	1.952	1.960
Valor total alocado - POPR	73.100	73.100	73.987	73.987	78.014

Risco de Mercado - Banking	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Parcelas					
Prefixada em Real	11.255	7.416	11.915	11.142	26.087
Cupom de taxa de juros	3.269	9.916	2.896	2.054	-
Valor total alocado - RBAN	14.524	17.333	14.810	13.196	26.087

Patrimônio de Referência (PR)	2.949.260	3.031.556	3.063.829	3.011.793	3.075.461
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	2.342.601	2.336.271	2.378.685	2.466.418	2.425.824
Índice de Basileia	13,9%	14,3%	14,2%	13,4%	13,9%
Risco de Mercado Banking (RBAN)	14.524	17.333	14.810	13.196	26.087
Margem (Folga de Capital)	592.133	677.954	670.332	532.179	623.551



Segue a evolução da parcela de alocação de capital para risco de crédito, segmentada por Fator de Ponderação de Risco (FPR), conforme determinação do BACEN:

Risco de Crédito	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
FPR de 20%	8.841	2.471	3.311	578	1.316
FPR de 50%	57.881	69.325	70.903	76.137	74.389
FPR de 75%	595.656	610.980	645.179	677.334	681.111
FPR de 100%	1.582.877	1.564.436	1.573.970	1.621.881	1.575.455
FPR de 150%	5.700	7.738	7.704	16.501	15.538
FPR de 300%	18.547	8.221	3.630	-	-
Valor total alocado - PEPR	2.269.502	2.263.170	2.304.698	2.392.431	2.347.809

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO

Com o objetivo de favorecer a melhor compreensão da carteira da Instituição, seguem informações relativas às exposições do risco de crédito. A partir do 3º trimestre de 2012, a exposição da carteira de crédito inclui as operações cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios.

Valor total das exposições ao risco de crédito e a média dos trimestres

Em milhares de reais

Exposição	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Total de Exposição	21.033.013	21.028.444	21.504.419	22.361.289	21.963.662
Média do Trimestre	20.898.297	20.958.122	21.431.338	22.021.391	21.926.202

Por fator de ponderação de riscos (FPR)

Em milhares de reais

Exposição	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
FPR de 75%	7.480.973	7.685.967	8.119.736	8.521.972	8.575.786
FPR de 100%	13.515.092	13.293.425	13.336.171	13.736.388	13.290.002
FPR de 150%	36.948	49.052	48.512	102.929	97.874
Total de Exposição	21.033.013	21.028.444	21.504.419	22.361.289	21.963.662

Em milhares de reais

Exposição	Exposição média do Trimestre da Carteira de Crédito				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
FPR de 75%	7.418.627	7.563.756	7.995.606	8.389.813	8.553.574
FPR de 100%	13.441.381	13.349.511	13.389.111	13.549.913	13.275.034
FPR de 150%	38.289	44.855	46.621	81.666	97.594
Total de Exposição	20.898.297	20.958.122	21.431.338	22.021.391	21.926.202



Por Regiões Geográficas

Em milhares de reais

Regiões geográficas	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Região Nordeste	3.596.488	3.603.959	3.636.404	3.757.106	3.726.189
Região Sudeste	9.460.857	9.456.611	9.649.897	10.050.806	9.761.480
Região Centro-Oeste	3.700.066	3.677.852	3.806.502	3.905.006	3.867.830
Região Sul	4.275.601	4.290.022	4.411.616	4.648.372	4.608.163
Total de Exposição	21.033.013	21.028.444	21.504.419	22.361.289	21.963.662

Em milhares de reais

Regiões geográficas	Exposição média do Trimestre da Carteira de Crédito				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Região Nordeste	3.558.544	3.586.260	3.627.056	3.706.990	3.716.129
Região Sudeste	9.445.771	9.428.427	9.634.073	9.869.658	9.753.336
Região Centro-Oeste	3.637.942	3.661.486	3.777.153	3.892.674	3.862.196
Região Sul	4.256.040	4.281.948	4.393.056	4.552.069	4.594.541
Total de Exposição	20.898.297	20.958.122	21.431.338	22.021.391	21.926.202

Por setor econômico

Em milhares de reais

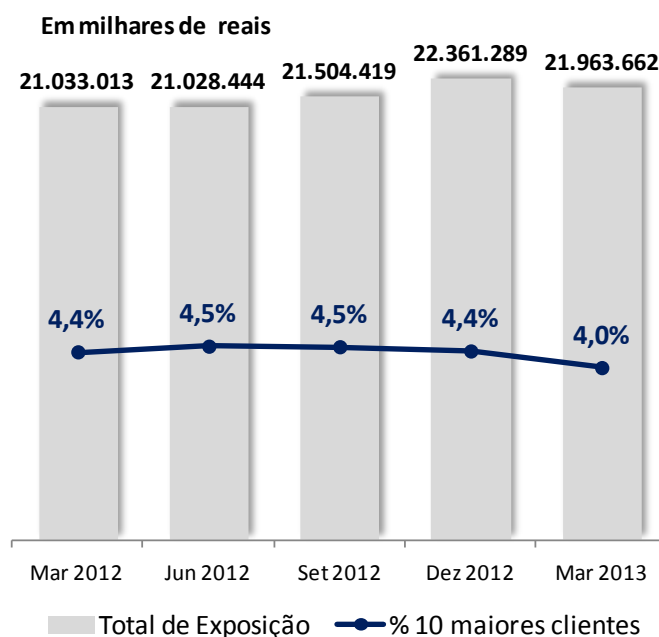
Exposição	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Rural	40.362	40.939	43.357	44.567	45.291
Industria	1.050.122	1.044.680	1.073.880	1.161.419	1.145.353
Comércio	5.251.083	5.126.889	5.300.221	5.514.733	5.260.153
Intermediários Financeiros	5.122	5.158	180	1.050	1.915
Outros Serviços	7.152.925	7.059.880	6.902.435	6.996.991	6.820.621
Pessoa Física	7.522.699	7.739.859	8.172.975	8.631.249	8.679.107
Habitação	10.700	11.038	11.371	11.280	11.222
Total de Exposição	21.033.013	21.028.444	21.504.419	22.361.289	21.963.662



Em milhares de reais

Exposição	Exposição média do Trimestre da Carteira de Crédito				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Rural	38.081	40.783	42.724	44.491	44.908
Industria	1.046.093	1.044.341	1.072.244	1.129.222	1.147.219
Comércio	5.203.982	5.146.637	5.267.265	5.392.916	5.182.411
Intermediários Financeiros	4.673	5.108	3.576	838	1.672
Outros Serviços	7.132.868	7.096.710	6.987.434	6.964.803	6.882.271
Pessoa Física	7.462.208	7.613.539	8.046.895	8.477.946	8.656.370
Habitação	10.393	11.003	11.200	11.176	11.351
Total de Exposição	20.898.297	20.958.122	21.431.338	22.021.391	21.926.202

Percentual das exposições dos dez maiores clientes





Montante das operações em atraso por faixas

Em milhares de reais

Faixas de Atraso	Operações de Crédito em Atraso				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Até 60 dias	2.768.322	2.513.353	2.756.129	2.833.433	3.358.562
Entre 61 e 90 dias	147.955	156.144	148.983	176.254	139.535
Entre 91 e 180 dias	289.384	276.303	297.734	274.971	282.809
Acima de 180 dias	295.009	315.853	359.527	383.190	368.005
Total de Exposição em Atraso	3.500.671	3.261.653	3.562.372	3.667.848	4.148.911

Operações baixadas para prejuízo

Em milhares de reais

Baixas para prejuízo	Fluxo de operações baixadas para prejuízo no Trimestre				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Total de baixas para prejuízo	93.804	106.967	110.491	121.025	150.769

Montante de provisão para devedores duvidosos

Em milhares de reais

PDD	Provisão da Carteira de Crédito				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Provisão para Devedores Duvidosos	936.102	1.018.878	1.049.336	1.070.488	1.059.448

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO

As operações referentes ao produto de CDC são garantidas por meio do próprio bem e da cédula de crédito bancária. Para o produto Finame são garantidas por meio do próprio bem e da nota promissória. Já para os produtos *Leasing* e *Finame-Leasing* são garantidas por meio do penhor de direitos creditórios e de nota promissória. Além disso, de acordo com a classificação de risco do cliente no momento da celebração da operação, há também a possibilidade de solicitação de avalista(s) para complementar as garantias. A alienação fiduciária e o arrendamento mercantil são constituídos por meio de registro do gravame no certificado de propriedade do veículo.



Nas operações de crédito rotativo para Concessionários são solicitadas garantias de acordo com o *Rating* apurado para o Concessionário ou Grupo Econômico, sendo que: quanto melhor o *Rating*, menor a necessidade de apresentação de garantias.

O tema garantias é tratado ainda em um documento elaborado em conjunto com a matriz Volkswagen Financial Services AG utilizado como guia para a aceitação e formalização de garantias, de acordo com o tipo de produto envolvido.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

A exposição ao risco da contraparte faz parte dos limites de crédito concedidos aos clientes e na possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações.

Apresentamos a seguir o valor referente às garantias:

Em milhares de reais

Garantias	Garantias da Carteira de Crédito				
	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Total de Garantias	26.311.808	27.281.666	26.260.179	25.535.171	25.831.041

No caso de operações de aplicações e concessão de carta fiança, é realizada uma análise de risco da contraparte para definição das instituições financeiras e respectivos valores de limites autorizados a operar/realizar operações. O monitoramento dos limites disponibilizados e o efetivamente utilizado pelos clientes é realizado diariamente pela área de gerenciamento de Risco de Mercado.

O valor referente à sobra de caixa da Instituição é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos (compra com revenda) e/ou aplicação over em depósito interfinanceiro (compra final).

Valores demonstrados abaixo:

Em milhares de Reais

PRODUTO	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Compra com revenda	509.361	774.582	680.376	1.213.397	1.115.922
Aplicações em depósitos interfinanceiros	302.072	65.007	130.229	-	23.592

A Instituição negociou contratos de swap, cujos instrumentos financeiros estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&FBovespa aplicáveis a operações com características e prazos similares.



Hedge Contábil

O objetivo do relacionamento de hedge da Instituição é proteger os fluxos de caixa futuro da variação cambial dos empréstimos no exterior, referentes ao seu risco de moeda estrangeira, como disposto na Circular nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foi documentada no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade iniciais e prospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação dos fluxos de caixa. As operações de hedge mantidas pela Instituição em 31 de março são classificadas como:

Hedge de risco de mercado

Para proteger o fluxo de caixa futuro dos empréstimos no exterior contra exposição à variação cambial do Euro e Dólar, a Instituição possui contratos de swap a vencer até 2015 com valor nominal no montante de R\$ 1.421.920. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado negativo com reflexo no resultado do trimestre de R\$ 75.270. No trimestre findo em 31 de março de 2013 não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de hedge.

As operações com instrumentos financeiros derivativos e suas classificações estão detalhadas abaixo:

1º trimestre de 2013:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Resultado trimestre
Swap – negociação	609.346	Até julho 2017	Pré X DI	158	-	1.742
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	254.920	Até dezembro 2015	Dólar X DI	-	(8.966)	(6.456)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	1.167.000	Até janeiro 2014	Euro X DI	87.132	-	(68.814)
	2.031.266			87.290	(8.966)	(73.528)



4º trimestre de 2012:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Resultado trimestre
Swap – negociação	726.963	Até julho 2017	Pré X DI	448	-	1.983
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	254.920	Até dezembro 2015	Dólar X DI	26	(2.536)	(261)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	1.167.000	Até janeiro 2014	Euro X DI	147.269	-	34.349
	<u>2.148.883</u>			<u>147.743</u>	<u>(2.536)</u>	<u>36.071</u>

3º trimestre de 2012:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	despesa trimestre
Swap – negociação	849.290	Até julho 2017	Pré X DI	319	-	(87)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	151.920	Até setembro 2015	Dólar X DI	-	(2.249)	(2.249)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	1.362.721	Até janeiro 2014	Euro X DI	114.623	-	(9.735)
	<u>2.363.931</u>			<u>114.942</u>	<u>(2.249)</u>	<u>(12.071)</u>



2º trimestre de 2012:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	receita trimestre
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	1.729.986	Até Janeiro 2014	Euro X DI	145.043	(982)	93.805
	1.729.986			145.043	(982)	93.805

1º trimestre de 2012:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	despesa trimestre
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	1.729.986	Até Janeiro 2014	Euro X DI	38.840	(20.604)	(30.476)
	1.729.986			38.840	(20.604)	(30.476)

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS

No 3º trimestre de 2012, a Instituição realizou cessão de crédito na modalidade “CDC”, para o Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos (“FIDC Driver Brasil One”), dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas, cujo montante em 31 de março de 2013 é de R\$ 93.226. Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria com “retenção substancial de risco e benefícios” pelo valor presente de R\$ 899.462, e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão de R\$ 1.007.150.

Apresentamos a seguir o saldo das exposições cedidas com coobrigação:

Em milhares de Reais

Descrição	Mar 2012	Jun 2012	Set 2012	Dez 2012	Mar 2013
Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios	-	-	795.432	690.521	659.777



INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES NÃO CLASSIFICADAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

A Instituição possui política, manual de processo e instruções operacionais de trabalho de Risco de Mercado que apresentam os principais conceitos, metodologia utilizada, limites estabelecidos pela alta administração e as responsabilidades de cada departamento envolvido na gestão de Risco de Mercado.

Para a mensuração do risco de taxa de juros, a metodologia utilizada para apuração do Risco de Mercado é o VaR (*Value at Risk*) paramétrico, com Intervalo de Confiança de 99% e horizonte de tempo de um (1) dia. São estabelecidos limites de VaR e descasamento que são revisados com a periodicidade mínima anual pelo departamento Administração de Operações Gerais e a aprovação ocorre em Comitê de Tesouraria que é composto pelos departamentos Tesouraria, Risco, Gerência Executiva de Administração e Finanças, Administração de Operações Gerais, diretoria de *Middle Office*, diretoria de *Back Office* e diretoria de *Front Office*. Além disso, a comunicação é realizada aos membros do Comitê com a periodicidade menor que a citada anteriormente, em caso de extrapolação dos limites estabelecidos.

É realizado também, pelo departamento de Administração de Operações Gerais, teste de estresse e análises de sensibilidade com a periodicidade mínima mensal.

* * *